



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho, n.º 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

CONTRATO Nº 3/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA E BIBIANA VICENTE DOS SANTOS SCHNEIDER ME.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, sediado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Juiz Secretário Geral **RINALDO FORTI SILVA**, com recursos da Unidade Orçamentária n. 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU (CNPJ n. 10.466.386/0001-85), e, por outro lado, a empresa **BIBIANA VICENTE DOS SANTOS SCHNEIDER ME**, CNPJ n. 41.428.781/0001-05, situada na Estrada Fernando Ferrari, n. 7063, Casa, Passo do Pinto, Glorinha/RS, CEP: 94.380-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por **BIBIANA VICENTE DOS SANTOS SCHNEIDER**, celebram o presente **Contrato** na melhor forma de direito, em conformidade com as Leis Ordinárias n. 8.666/1993 e n. 10.520/2002, com a Lei Complementar n. 123/2006, com o Decreto Federal n. 10.024/2019, com os Decretos Estaduais n. 18.340/2013 e n. 26.182/2021, bem como com a Resolução do **CONTRATANTE** n. 006/2003-PR, publicada no Diário da Justiça/RO n. 057 de 26/03/2003, e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, decorrente de procedimento licitatório conforme o Edital de **Pregão Eletrônico n. 076/2022**, tipo menor preço, doravante denominado simplesmente **EDITAL**, autorizado pelo **Processo Administrativo n. 0000150-48.2023.8.22.8000**, o fazendo mediante as Cláusulas e condições a seguir:

DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Prestação de serviços de interpretação e tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, no atendimento às necessidades do **CONTRATANTE**, conforme as disposições do Edital e de seus Anexos.

1.2. Integram este Contrato o **EDITAL** e seus Anexos, a Proposta da **CONTRATADA**, **Ordem de Serviço n. 2/2023** (3108835), e a **Nota de Empenho 2023NE000030** (3134920), constantes no referido Processo Administrativo.

DO REGIME DE EXECUÇÃO - CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. O objeto deste Contrato será realizado por execução indireta, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos dos art. 6º, VIII, "b", da Lei n. 8.666/1993.

DA VIGÊNCIA - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Este Contrato terá vigência no exercício de 2023, a partir da data de sua última assinatura pelas partes até 31 de dezembro.

DO VALOR E DO REAJUSTE - CLÁUSULA QUARTA

4.1. O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 459.967,93 (quatrocentos e cinquenta e nove mil novecentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos)**, conforme descrito na Ordem de Serviço e no Quadro a seguir:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Palestras, Oficinas, Seminários, Congressos, Fóruns, Conferências, Audiências Públicas, Assembleias de classes, Encontros e similares (Presencial)	Horas	1.857	R\$ 114,69	R\$ 212.979,33
2	Vídeo para Internet (sites, blogs, cursos EaD...)	Horas	1.940	R\$ 75,99	R\$ 147.420,60
3	Interpretação ao vivo	Horas	889	R\$ 112,00	R\$ 99.568,00
Valor Total Estimado deste Contrato					R\$ 459.967,93

4.2. Durante o prazo de vigência deste Contrato, o seu respectivo valor será irrevogável.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CLÁUSULA QUINTA

5.1. As despesas decorrentes deste Contrato serão cobertas por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Unidade Orçamentária n. 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU; Funcional Programática: 02.061.2073.2453 - Gerir Ações de Acessibilidade, Inclusão e Gestão Socioambiental do PJRO; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica; Subitem: 05 - Serviços Técnicos Profissionais - PJ.

DO FATURAMENTO - CLÁUSULA SEXTA

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar a fatura/nota fiscal a partir do primeiro dia útil após o encerramento do período (mês) da execução do objeto.

6.2. A CONTRATADA deverá emitir a fatura/nota fiscal em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU**, CNPJ n. 10.466.386/0001-85. Endereço: Rua José Camacho n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

6.2.1. Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a CONTRATADA deverá consignar, no campo de informações gerais da fatura/nota fiscal, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ: 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490, de 23 de dezembro de 2014.

DO PAGAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. O pagamento será efetuado **em 30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal do período (mês), conforme Cláusula Sexta deste Contrato, desde que o objeto tenha sido executado e a documentação da CONTRATADA esteja regularizada. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou a documentação não esteja regularizada, a contagem dar-se-á somente a partir da apresentação de todos os documentos necessários à liquidação.

7.2. O pagamento será efetuado mediante crédito na conta corrente indicada pela CONTRATADA em sua Proposta de Preços Detalhada.

7.3. Se a fatura/nota fiscal for apresentada em desacordo ao contratado ou com irregularidades, a contagem do prazo para pagamento, mencionado no subitem 7.1 deste Contrato, será reiniciada a partir da data em que a CONTRATADA providenciar as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação quaisquer de suas obrigações, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

7.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da fatura/nota fiscal, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de fatura/nota fiscal própria, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6%.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO - CLÁUSULA OITAVA

8.1. O Serviço deverá ser prestado por profissionais habilitados e qualificados em LIBRAS, tendo formação em consonância com a Lei Federal n. 12.319, de 01 de setembro de 2010.

8.1.1. Para atender as necessidades deste CONTRATANTE, também deverá ser disponibilizado profissional guia-intérprete de LIBRAS, ou seja, aquele que usa a LIBRAS tátil para promover a comunicação com as pessoas surdocegas.

8.2. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até o local indicado pelo CONTRATANTE.

8.3. A CONTRATADA será responsável por executar as seguintes atividades:

- a)** realizar tradução e interpretação de LIBRAS, presencialmente e em tempo real quando solicitado;
- b)** em atendimentos individuais ou coletivos do CONTRATANTE ministrados por seus funcionários ou terceirizados, tais como palestras, cursos, orientações técnicas e consultorias, que ocorram no âmbito deste CONTRATANTE, pontos de atendimento e ambientes internos;
- c)** em eventos com participação de público presencial; e
- d)** em processos seletivos internos com candidatos surdos e/ou com deficiência auditiva.

8.4. Da realização da tradução e interpretação de LIBRAS, remotamente/*on-line* e em tempo real, nas seguintes demandas:

- a)** transmissões Web/Lives e demais *streamings*, em plataformas;
- b)** eventos digitais transmitidos de forma remota/*on-line*, *streamings*, plataformas e outros;

c) em atendimentos individuais sem agendamento prévio, focado para realizar o primeiro atendimento ao cliente que chega sem aviso em alguma unidade deste poder Judiciário, considerando plataforma de videochamada e link de acesso fornecidos pela CONTRATADA; e

d) tradução de vídeos para publicação em redes sociais ou em plataformas EAD.

8.5. Disponibilizar plataforma (aplicativo para celular) para atendimento *on-line*, que fique disponível no mínimo durante horário de expediente para dar suporte ao usuário Pessoa com deficiência - PCD nas unidades do CONTRATANTE.

8.5.1. Disponibilizar um "link" de acesso a plataforma na página principal do Portal do CONTRATANTE, para contatos com o público surdo.

8.5.2. A tradução e interpretação presencial será realizada preferencialmente nas edificações instaladas na Comarca de Porto Velho, conforme Anexo I do Termo de Referência n. 5/2022.

8.5.3. A tradução e interpretação para atender as necessidades de interpretação em LIBRAS nas Comarcas do Interior se dará por aplicativo de celular ou reunião virtual/*on-line* pela internet.

8.5.3.1. A relação das Comarcas do Interior consta do Anexo II do Termo de Referência n. 5/2022.

8.6. A prestação dos serviços se dará por meio de Ordem de Serviço, emitida pelo CONTRATANTE com antecedência mínima de 12 (doze) horas do início do evento, que será encaminhada por e-mail, descrevendo os serviços a serem prestados pela CONTRATADA.

8.6.1. A confirmação do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA deverá ser obtida pelo CONTRATANTE imediatamente após o envio.

8.7. Os serviços serão contratados por hora.

8.7.1. Considera-se como hora-base a hora da interpretação de LIBRAS realizada simultânea ou consecutivamente, ao vivo ou gravada, prestada por 2 (dois) intérpretes em regime de revezamento, compreendida no período das 05h01 às 21h59, de segunda a sexta-feira, sábados, domingos e feriados.

8.7.1.1. O valor da hora-base deverá considerar o trabalho de 2 (dois) intérpretes de **nível superior**, que se revezarão a cada 20 (vinte) minutos, conforme preconiza a Federação e Associação da classe.

8.7.1.2. O valor da hora-base deverá contemplar a cessão de uso da imagem.

8.7.1.3. Ao quantitativo das horas trabalhadas no período das 22h às 5h será acrescido o percentual de 20% (vinte por cento), a título de adicional noturno.

8.8. A frequência da prestação do serviço será variável, pois serão executados sob demanda.

8.9. As horas de início e de término do evento constantes da Ordem de Serviço são apenas estimativas.

8.9.1. A hora de início considerada para cômputo da jornada de trabalho dos profissionais será sempre aquela indicada na Ordem de Serviço para o início do evento, não se descontando da jornada eventuais atrasos não imputáveis à CONTRATADA.

8.9.2. Se o evento se estender após o horário previsto para término, os intérpretes darão continuidade à prestação do serviço até o limite de 2 (duas) horas.

8.9.3. A hora de término considerada para cômputo da jornada de trabalho dos profissionais será a hora em que o evento estiver efetivamente finalizado, observado o disposto no subitem 8.9.2 deste Contrato, após dispensa pelo servidor responsável pelo evento.

8.9.4. A hora fracionada será paga como hora integral.

8.9.5. Do cálculo da jornada de trabalho serão descontados os intervalos e as interrupções para almoço ou jantar (desde que não haja trabalho), contando-se como horas trabalhadas, entretanto, os intervalos para café e lanche (*coffee-break*).

8.10. Os profissionais deverão apresentar-se ao fu de antecedência de seu início, a fim de verificar as condições e características do local, do público, dos palestrantes e das atividades a serem realizadas.

8.10.1. Esse período não será computado como hora trabalhada para efeito de contabilização do pagamento da prestação do serviço.

8.10.2. Caso o evento aconteça no horário matutino, a CONTRATADA deverá entrar em contato com o Órgão Responsável até às 14h do dia anterior ao evento, a fim de realizar o reconhecimento do local.

8.11. A conduta ética dos intérpretes será pautada pelos preceitos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade, baseando-se no Código de Ética integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS).

8.11.1. Os profissionais devem obedecer às normas disciplinares e de segurança da Administração e zelar pelo respeito e pela cortesia no relacionamento entre colegas, usuários do serviço e servidores.

8.12. Sempre que aplicável, a CONTRATADA executará os serviços com base na norma técnica NBR 15.290 da ABNT e nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

8.13. O cancelamento do serviço deverá ser informado pelo CONTRATANTE à CONTRATADA com no mínimo 3 (três) horas de antecedência do horário previsto para o início do evento.

8.13.1. Caso o evento seja cancelado, em parte ou integralmente, a menos de 3 (três) horas do seu início, o CONTRATANTE ressarcirá as despesas incorridas pela CONTRATADA, desde que devidamente comprovadas.

8.14. A CONTRATADA deverá substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa, qualquer intérprete cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais,

inconvenientes ou insatisfatórios, ou que se apresente para o serviço fora dos padrões exigidos, ou que seja considerado tecnicamente inapto.

8.14.1. A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) minutos, contados da solicitação feita pelo CONTRATANTE, para apresentar o substituto, que deverá possuir as qualificações técnicas exigidas para a prestação dos serviços.

8.15. A CONTRATADA deverá manter sigilo (e não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros), sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

8.16. A CONTRATADA deverá refazer os serviços gravados que estejam comprovadamente em desacordo com as normas legais ou em desconformidade com os padrões técnicos vigentes, dentro do prazo fixado pelo CONTRATANTE.

8.17. A CONTRATADA deverá executar os serviços demandados sob supervisão, acompanhamento e fiscalização do CONTRATANTE, que verificará sua qualidade e indicará as correções dos serviços realizados em desacordo com o pactuado.

8.18. A CONTRATADA deverá facilitar o trabalho de supervisão e fiscalização por parte do CONTRATANTE, acatando imediatamente as instruções, sugestões, observações e decisões e corrigindo as deficiências apontadas.

8.19. Dia/horário de execução dos serviços: em qualquer horário e dia da semana, inclusive finais de semana e feriados, mesmo quando houver mais de um evento ocorrendo simultaneamente, devendo a CONTRATADA, para tanto, fornecer números de telefone, celular, e-mail e outros meios hábeis para contato, disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

8.22. Do recebimento

8.22.1. O serviço objeto deste Contrato será recebido provisoriamente por servidor(a) designado(a) pelo CONTRATANTE, que procederá à conferência de sua conformidade com a Ordem de Serviço, as especificações, neste Contrato, as normas legais e os padrões técnicos vigentes.

8.22.2. Caso não se verifiquem imperfeições ou não haja qualquer impropriedade explícita, será recebido definitivamente com o atestado do serviço na respectiva fatura/nota fiscal.

8.22.3. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução dos serviços, a CONTRATADA fica obrigada a proceder à regularização, sem ônus para o CONTRATANTE, dentro do prazo a ser fixado pelo órgão responsável.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA NONA

9.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Além do estatuído neste Contrato e seus Anexos, a CONTRATADA cumprirá as instruções complementares do CONTRATANTE, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nos locais de execução dos serviços.

9.3. A CONTRATADA obriga-se a providenciar os recursos humanos e materiais necessários à plena execução dos serviços.

9.4. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante o período de vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnica, bem como as obrigações legais exigidas para a realização dos serviços, de acordo com as especificações e condições constantes no Termo de Referência n. 5/2022, neste Contrato e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

9.5. A CONTRATADA deverá dispor de pessoal suficiente para atendimento dos serviços sem interrupção, seja por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos.

9.6. Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela CONTRATADA ou, no interesse administrativo, pelo CONTRATANTE.

9.6.1. Os empregados da CONTRATADA, além de portar identificação, deverão se apresentar sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal, devendo ser substituído imediatamente aquele que não estiver de acordo com esta exigência, mediante comunicação do CONTRATANTE.

9.7. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato.

9.8. A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao CONTRATANTE, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até 2 (dois) dias úteis após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao CONTRATANTE.

9.8.1. Quando a ocorrência envolver problemas técnico-operacionais que possam prejudicar a execução dos serviços, o prazo para comunicação por escrito será de no máximo 30 (trinta) minutos, mantendo o CONTRATANTE informado sobre o andamento dos serviços prestados.

9.9. Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais do CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.

9.9.1. Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais da CONTRATADA e de seus empregados serão de inteira responsabilidade desta.

9.10. A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do CONTRATANTE, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar, devendo proceder a devida correção no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas** contadas do recebimento de notificação.

9.11. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar ao CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - CND, o Certificado de Regularidade -CRF, a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

9.11.1. A não apresentação das certidões, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

9.12. É vedada a veiculação de qualquer tipo de publicidade da CONTRATADA durante os eventos.

9.13. É vedada a subcontratação para a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

9.14. A CONTRATADA deverá atender as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.

9.15. Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Contrato, de acordo com a Lei n. 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que lhe couber.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Contrato.

10.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir com o objeto deste Contrato.

10.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DESTES CONTRATO - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. Conforme art. 67 da Lei n. 8.666/1993 e Instrução n. 007/2017-PR do CONTRATANTE (DJE n. 95, de 26/05/2017), este Contrato terá como Gestor e Fiscais os seguintes servidores:

a) Gestor: **Alexandro Pinheiro Almeida**, servidor do Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Gestão Socioambiental - NAGES, e-mail: alexandro@tjro.jus.br; e

b) Fiscais Técnicos: **Laelho Barrozo da Silva**, servidor da Coordenadoria de Comunicação Social - CCOM, e-mail: laelhosilva@tjro.jus.br; **Marcela Córdoba Maran**, a servidora do Cerimonial - CCE, e-mail: marcelamaran@tjro.jus.br; **Neuma Oliveira S. Dória**, servidora da Assessoria de Comunicação - ASCOM/EMERON, e-mail: neumaoliveira@tjro.jus; e **Nubia Lopes Soares**, a servidora do NAGES, e-mail: nubiasoares@tjro.jus.br.

11.2. O Gestor e os Fiscais Técnicos deste Contrato poderão ser localizados das 07 às 14h no edifício sede do CONTRATANTE, situado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, fones: (69) 3309-6648 / (69) 3309-6650 / (69) 3309-6651.

DAS PENALIDADES - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), e/ou do Sistema de Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, se a CONTRATADA:

a) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

b) não mantiver a proposta;

c) falhar ou fraudar na execução deste Contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; e

e) cometer fraude fiscal.

12.2. O atraso injustificado para **prestação dos serviços**, conforme disposição contida no subitem 8.6 deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da ordem de serviço, a cada hora de atraso, contada a partir da 1ª (primeira) hora imediatamente posterior a hora determinada para o início do evento. A partir do término do evento, mesmo que haja cobertura parcial, poderá cumprir-se o disposto no subitem 12.7 deste Contrato.

12.3. O atraso injustificado **para a regularização de divergência aos termos pactuados**, conforme estabelecido no subitem 9.10 deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total da ordem de serviço, até o 20º (vigésimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente posterior ao término do prazo para **a regularização**. A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia consecutivo, poderá cumprir-se o disposto no subitem 12.7 deste Contrato.

12.4. A CONTRATADA, quando não puder cumprir o(s) prazo(s) estipulado(s) para a execução do objeto deste Contrato, nos casos previstos no art. 57, § 1º, II e V, da Lei n. 8.666/1993, **deverá, até o vencimento do(s)**

respectivo(s) prazo(s), apresentar justificativa por escrito, em meio físico ou digital (alexandro@tjro.jus.br) ao Gestor deste Contrato, **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

12.5. Vencido o(s) prazo(s) estipulado(s), o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a(s) hora(s)/data(s) limite(s) para a execução. A partir da(s) hora(s)/data(s) limite(s) considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem 12.8 deste Contrato.

12.6. A execução do objeto deste Contrato até a(s) hora(s)/data(s) limite(s) de que trata o subitem anterior não isenta a CONTRATADA da(s) multa(s) prevista(s) no(s) subitem(ns) 12.2 e/ou 12.3 deste Contrato.

12.7. Pelo descumprimento parcial do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato e/ou aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total.

12.8. Pelo descumprimento total do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato e/ou aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o seu respectivo valor total.

12.9. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

12.10. As multas devidas bem como os prejuízos causados ao CONTRATANTE não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12.11. A CONTRATADA inadimplente que não tiver valores a receber do CONTRATANTE terá o prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, após o recebimento da notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

12.12. A aplicação de multas e/ou a rescisão deste Contrato não impede que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/1993 (advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade) e serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

DA CESSÃO DE DIREITOS DE USO DO MATERIAL E/OU DA IMAGEM E DA VOZ - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da notificação para assinatura deste Contrato, Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz, para, no mínimo, 6 (seis) profissionais qualificados que prestarão os serviços, para uso pelo CONTRATANTE ou divulgação em material impresso, TV e mídia sociais.

13.2. O direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo de todos os resultados produzidos em consequência da prestação dos serviços, inclusive sobre eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, serão do CONTRATANTE, podendo esta distribuir, alterar e utilizá-los sem limitações.

13.3. Os direitos autorais dos produtos gerados serão do CONTRATANTE, ficando proibida sua utilização por parte da CONTRATADA sem que exista autorização formal, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou de caso fortuito, nos termos da legislação vigente, que obste o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará a CONTRATADA isenta das multas e penalidades pertinentes.

DA RESCISÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo III, Seção V, da Lei n. 8.666/1993, a rescisão deste Contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE, se a CONTRATADA inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 78, I a XII e XVII, da Lei n. 8.666/1993, conforme disposto no art. 77 c/c art. 79, I, da referida Lei;

b) será declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE se, durante a vigência deste Contrato, a CONTRATADA contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, haja vista ser vedada, nesses casos, a manutenção, aditamento ou prorrogação contratual, conforme disposto no art. 3º da Resolução n. 07/2005, alterado pela Resolução n. 09/2005, ambas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE; e

c) poderá ocorrer amigavelmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 79, II e III, da referida Lei.

15.2. Se a rescisão for unilateral ou amigável, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de rescisão, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

DA ALTERAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

DA PUBLICAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

DOS CASOS OMISSOS - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 8.666/1993.

DO FORO - CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Contrato, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE, para que produza os devidos efeitos legais.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Rinaldo Forti Silva

Juiz Secretário Geral

BIBIANA VICENTE DOS SANTOS SCHNEIDER ME

Bibiana Vicente dos Santos Schneider

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO FORTI DA SILVA, Juiz Secretário Geral**, em **24/01/2023**, às 14:09 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BIBIANA VICENTE DOS SANTOS SCHNEIDER, Usuário Externo**, em **25/01/2023**, às 12:04 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei>, informando o código verificador **3137429** e o código CRC **9A20914C**.